

RELATORIA NACIONAL PARA O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO

NOVE MESES DEPOIS – O QUE MUDOU?

Informe de Seguimento sobre o Relatório referente à violação dos direitos educativos no Complexo do Alemão (RJ)

Denise Carreira (Relatora Nacional)

Suelaine Carneiro (Assessora da Relatoria)

A equipe da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação¹ retornou duas vezes ao Rio de Janeiro, nos dias 8 e 9 de agosto e 29 e 30 de setembro de 2008, para lançar o relatório da missão realizada em outubro de 2007 e entregá-lo às autoridades públicas e à direção das escolas visitadas durante a missão, e realizar devolutiva dos resultados para moradores e moradoras do Complexo do Alemão.

O relatório² classificou a situação na área como “educação em situação de emergência” e apontou, entre outras questões, que a violência à qual as escolas estão submetidas é sistemática, e não episódica como informaram as autoridades em 2007; que a educação oferecida enfrenta graves problemas de falta de investimento, carência e rotatividade de docentes e precariedade de condições de trabalho; que faltam diálogo e articulação de ações entre as esferas federal, estadual e municipal e entre áreas sociais e de segurança pública dos governos; e que não existe qualquer tipo de orientação às

¹ A Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação é vinculada à Plataforma DhESCA (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), uma articulação de quarenta e três organizações e redes nacionais de direitos humanos. Além da educação, a plataforma conta com mais cinco Relatorias nacionais (saúde, alimentação e terra rural, meio ambiente, moradia adequada e trabalho). Para o desenvolvimento das investigações e acompanhamento de casos paradigmáticos de violação dos direitos humanos no Brasil, as Relatorias contam com o apoio da Procuradoria Federal do Cidadão e do Programa de Voluntários das Organizações das Nações Unidas.

² Veja relatório na íntegra: www.dhescabrasil.org.br e www.acaoeducativa.org.br

escolas por parte dos órgãos centrais sobre como proceder em casos de confrontos armados.

O relatório apresenta um conjunto de recomendações destinadas ao Estado brasileiro para que seja enfrentada a violação do direito humano à educação na comunidade e em áreas populares que enfrentam problemas similares de exclusão social e violência armada. Como previsto, o documento será encaminhado no mês de setembro à Comissão Interamericana da OEA e ao Comitê da Criança da ONU.

Avaliação

Os momentos do lançamento do documento, da entrega do material às autoridades e da devolutiva às escolas e comunidades permitiram que ouvíssemos a direção escolar, moradores e representantes de órgãos públicos sobre como avaliavam a situação na localidade passados nove meses da missão.

Apesar da diminuição dos confrontos armados entre narcotraficantes e policiais nos últimos meses no Complexo do Alemão, não identificamos mudanças estruturais na forma de enfrentamento dos problemas educacionais da comunidade, como revelam os relatos a seguir.

Há alguns avanços com relação ao acolhimento de recomendações da Relatoria por parte das autoridades estaduais com relação à urgência da construção de um sistema de informações educacionais e de orientações destinadas às escolas sobre como agir em situações de conflitos armados. Também destacamos a decisão da Secretaria de Segurança Pública de não mais realizar a entrada do blindado “Caveirão” no início e fim dos turnos escolares, situação que gerava pânico em estudantes, familiares e profissionais de educação.

Com relação à recomendação de construção de um cadastro de demanda por vagas, a proposta está sendo discutida por organizações da sociedade civil e organismos internacionais como o Unicef como algo que possa ser articulado a ações de mobilização social e pressão política por direito à educação em comunidades populares. A Secretaria Estadual de Educação também afirmou ser muito relevante a construção de um cadastro

de demanda por educação que possa ser articulado ao investimento que está sendo feito no aprimoramento de um sistema estadual de informações educacionais.

Apesar das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) das Favelas poderem vir a significar uma mudança no padrão de relacionamento entre entes federados (municípios, estados e União) e da ação do poder público em comunidades populares, entendemos que o Estado Brasileiro continua atuando por meio de duas lógicas em territórios marcados por violência armada: uma lógica que os trata como “áreas específicas” que exigem uma ação focalizada por parte da segurança pública e uma lógica que nega o “específico” dessas áreas por meio de um determinado uso do discurso da política universal (todos são iguais) no que se refere aos direitos sociais das comunidades em questão.

Ou seja, defende-se que a ação de segurança pública possa ser focalizada nessas áreas (geralmente por meio de ações repressivas), mas não se garante qualquer ação articulada e planejada de discriminação positiva no que se refere às políticas sociais e às políticas de renda e trabalho para tais comunidades.

Nesse sentido, muitas vezes, a fundamental defesa de políticas universais que garantam o direito humano à educação de qualidade e outros direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais é utilizada por muitos gestores públicos como justificativa para a não formulação de políticas de discriminação positiva que reconheçam as desigualdades profundas existentes dentro dos sistemas educacionais e em áreas que vivenciam a combinação perversa de exclusão social acentuada e violência armada. Como abordado no relatório, a educação em situação de emergência e, no caso, decorrente de violência armada, exige a construção de um plano de ação governamental que enxergue as especificidades desses territórios e articule os diferentes níveis e áreas de governo para um verdadeiro “choque de ação governamental”. Ação que resulte em urgente melhoria das condições de vida das comunidades e que contribua para desestruturação de dinâmicas de reprodução de redes criminais.

Com relação à participação comunitária, em especial no PAC das Favelas, entendemos ser urgente a implementação de proposta de algumas entidades do Rio de Janeiro que prevê a criação de uma instância de controle social e monitoramento da

cidade do Rio de Janeiro com relação ao PAC. Tal instância deve envolver não só organizações das comunidades, nas quais estão sendo desenvolvidas as obras, mas outras organizações e instituições do município visando garantir condições de proteção para que participação dessas comunidades possa de fato se concretizar (em meio a condições de segurança ainda adversas) e fortalecer o caráter público do debate sobre essa que é uma das maiores intervenções governamentais urbanísticas em comunidades populares do país.

Audiências com autoridades

A Relatoria foi recebida em audiência pelo secretário de estado de segurança, José Mariano Beltrame, pela secretária de estado de educação, Tereza Porto e pelo Subprocurador Geral de Justiça de Direitos Humanos e Fiscalização, Leonardo de Souza Chaves. O relatório também foi entregue ao secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), André Lazaro, ao presidente da Comissão de Educação da Alerj, Comte Bitencourt, à representação do MEC/RJ, Cícero Mauro Fialho Rodrigues, à representação da Cruz Vermelha Brasileira/RJ, Luis Alberto Lemos Sampaio, e protocolado na Secretaria Municipal de Educação para apreciação da secretária Sonia Mograbi. A entrega do relatório foi acompanhada de carta solicitando às autoridades manifestação formal ao relatório, principalmente às recomendações da relatora. As manifestações serão encaminhadas como anexo à Comissão Interamericana da OEA e ao Comitê da Criança da ONU.

Na audiência com o Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, realizada no dia 8 de agosto para entrega do relatório, a autoridade disse que mais do que nunca acredita que os problemas relacionados com direitos humanos estão ligados à pobreza e à falta de serviços básicos como educação e saúde. Disse que geralmente as críticas das entidades de direitos humanos recaem somente sobre o setor da segurança pública, sendo que esta é somente uma das pontas dos problemas. Afirmou entender que se não há investimento social, o trabalho da segurança pública se resume “a enxugar gelo”. Disse ter acolhido a recomendação da Relatoria de desenvolver um conjunto de orientações às escolas sobre segurança pública e exortou as outras secretarias da área social a desenvolverem projetos no Complexo do Alemão e área similares do Rio de

Janeiro, pois faltam opções aos jovens, faltam perspectivas e investimentos em todas as áreas.

Informou que a secretaria de segurança pública está desenvolvendo curso de formação de policiais em políticas sociais e comunitárias, e que vem desencadeando uma política de aproximação da comunidade com os policiais. O BOPE está preparando um CD com orientações para proteção, que será distribuído em palestras às escolas e à mídia, informando professores e alunos como agir em momento de confronto.

Sobre a crítica da Relatoria à falta de articulação das políticas públicas para o Complexo do Alemão e áreas similares, avaliou que o PAC está contribuindo para articular as ações entre os governos estadual, federal e municipal e que “onde há obra social não há a necessidade de polícia, a própria comunidade garante a segurança das obras”. Nas localidades nas quais estão sendo realizadas obras do PAC não houve qualquer tipo de problema relacionado à segurança, nenhum conflito.

Para Beltrame, “o PAC é o caminho para solucionar os problemas da região”. O problema que ocorreu no Morro da Providência (no qual três jovens foram mortos após serem entregues por soldados do exército à líderes de facção rival) decorreu da presença do exército, segundo o secretário, que afirmou “,não se deve chamar força de segurança para garantir obra social”.

Secretaria de Educação do Estado

A Secretária Estadual de Educação, Teresa Porto, informou em audiência realizada em 8 agosto de 2008 que a situação nas escolas estaduais é bem diferente da encontrada pela Relatoria ao final de 2007. Disse que estava há cinco meses no cargo e já estava implantando um sistema de informação que permitirá acompanhar de forma mais detalhada a situação de cada escola. Novos docentes haviam sido contratados, os contratos precários foram extintos e o último concurso realizado já foi regionalizado (ocorrido ainda na gestão do ex-secretário Nelson Maculan). O piso atual do Estado é de R\$ 1.400,00 para 40 horas, e em 2007 foi dado reajuste de 4% para a categoria. Está sendo estudado um novo aumento para 2008. O piso atual para 16 horas é de R\$ 565,00,

sendo 12 horas em sala de aula. Segundo ela, o valor médio do salário do professor do Estado é de R\$ 1.800,00.

Em resposta à recomendação da Relatoria de se promover políticas de discriminação positiva em áreas de concentração de exclusão social e violência armada, disse que a Secretaria está estudando juridicamente a possibilidade de implantar uma política de valorização de profissionais que atuam em áreas consideradas violentas, mas isso dependeria de haver condições legais de implantar tal medida. Informou que o Estado responde por 13 escolas que atuam dentro de presídios, e que também está em estudo uma política de subsídio para os profissionais que atuam nessas unidades.

A Secretaria conta com 110.000 profissionais, sendo que 52.000 estão em sala de aula. Avaliou que ainda permanecem problemas com as escolas compartilhadas (aquelas que dividem o mesmo prédio com escolas municipais), o que impossibilita ao Estado oferecer ensino médio durante o dia. A intenção da Secretaria é comprar unidades. No momento da audiência, a Secretaria estava em fase final do levantamento para compra de 17 unidades.

Sobre a qualidade do ensino ofertada pela rede estadual, informou que está sendo oferecido reforço no ensino médio para suprir defasagem do ensino fundamental (o estado responde por 450.000 alunos, os demais são da rede municipal). Para 2009 está em estudo, medidas para promover uma maior integração com a rede municipal.

Sobre a falta de professores, informou que ainda há carência de profissionais com formação em matemática, física, química e geografia. A demanda por professores com formação básica é de 9000 profissionais. A Secretária disse que para enfrentar a rotatividade dos profissionais, está em curso política de qualificação de profissionais, de formação dos diretores em gestão, e mudança no modelo de indicação dos diretores/as. Afirmou acreditar que o diretor/a diretora podem exercer um grande papel na diminuição da rotatividade: "é necessário investir em mais formação para gestão escolar".

Ministério Público

No Ministério Público, o subprocurador de direitos humanos, Leonardo Chaves, avaliou a atuação da secretaria de segurança pública como um descalabro. Segundo ele,

ainda imperam um discurso e prática violenta, não houve qualquer modificação nas ações da polícia de 2007 para 2008. O Ministério Público está monitorando as ações no Complexo do Alemão, mas o problema é o tipo de política que foi desencadeada pelo governo do Estado, a política de confronto sem respeito à vida.

Segundo ele, a grande preocupação da comunidade com as obras do PAC são os despejos, pois existem cerca de 3000 moradias e serão construídas 400, e ninguém informa o que será feito para quem não tiver moradia. Baseado em informações dos jornais, o procurador disse que devem ser demolidas cerca de 3200 casas, o que acarretaria cerca de 13.000 desabrigados. Afirmou que não há qualquer tipo de diálogo do governo do Estado com a população atingida.

Questionado pela Relatora sobre o que está sendo feito para que o Ministério Público e outros operadores de direito estejam mais presentes na área do Complexo do Alemão, superando uma “situação de abandono e isolamento”, o subprocurador informou que o Ministério Público está distante da periferia, e seria necessária uma ação integrada entre as promotorias. A Relatora perguntou quem poderia impulsionar essa ação, e o subprocurador afirmou ser algo complexo, que exige muita mediação interna, vontade política e disposição para o enfrentamento das regras internas de segurança do MP que recomendam a não-entrada na área.

Evento de Lançamento e reunião do Grupo Articulador

O relatório foi lançado no dia 9 de agosto, na mesa de debates “Educação e Cidadania” do Seminário Nacional de Educação, organizado pela ONG Ação da Cidadania. A Relatora Nacional apresentou os resultados do Relatório para um público composto de cerca de 500 lideranças comunitárias do Rio de Janeiro. Além da Relatora, integraram a mesa Marcelo Nery (FGV/RJ), Márcia Leite (UERJ), Mozart Ramos (Compromisso Todos pela Educação) e Raimundo Romeu (Fórum dos Reitores do Rio de Janeiro e presidente da Ação da Cidadania).

Após o evento foi realizada reunião de alguns integrantes do grupo articulador da missão do Complexo do Alemão³ para avaliação dos nove meses e do impacto das obras do PAC nas comunidades do Rio de Janeiro.

As observações foram de que as obras do PAC tiveram início sem um estudo que levantasse as demandas por equipamentos da área (seja em educação, saúde, e outras) e sem qualquer comunicação ou participação efetiva da comunidade, estando o diálogo restrito a um grupo de “atores aliados”.

As obras do PAC devem seguir normativas determinadas pelo Ministério das Cidades, que em grande parte contemplam as expectativas e necessidade da comunidade do Complexo do Alemão. Mas como não há diálogo e transparência, a comunidade não tem qualquer garantia de que o governo do Estado executará as obras conforme as normas acordadas com o governo federal.

Sobre a situação da segurança, os relatos foram de que a ação policial no Complexo do Alemão mudou a partir do início das obras do PAC, mas nas outras áreas, principalmente onde não há obras do PAC, a política de secretaria de segurança continua sendo de enfrentamento e desvalorização de vidas humanas.

Com relação às remoções e demolições de moradias em razão das obras do PAC, ainda não há qualquer informação oficial se haverá desocupação. As famílias estão apreensivas e temerosas com a possibilidade de perderem suas casas..

Roda de diálogo sobre violação de direitos educativos no Complexo do Alemão

Integrando a programação do Seminário Nacional de Educação, na qual foi realizado o lançamento do Relatório, realizamos na tarde do dia 9 de agosto a oficina Direito Humano à Educação, que contou com cerca de 40 participantes, entre

³ O grupo articulador da missão da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação no Complexo do Alemão foi composto pelo Comitê de Desenvolvimento da Serra da Misericórdia, Observatório de Favelas, Centro de Direitos Humanos Bento Rubião, Criola, Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Justiça Global, Ibase, Pastoral das Favelas, Afroreggae, Instituto dos Advogados do Brasil, e pelo escritório do Unicef no Rio de Janeiro. A organização comunitária Raízes em Movimento foi a principal articuladora da missão dentro do Complexo do Alemão. Na fase de lançamento, a organização Ação da Cidadania veio integrar o grupo e a Unesco garantiu a tradução do relatório para o inglês e o espanhol.

coordenadores dos comitês da Ação da Cidadania, professoras, estudantes de pedagogia, pescadores e moradores de diversas comunidades.

Várias denúncias de violações foram apresentadas, principalmente nas áreas de educação e saúde, seguidas de solicitações de informações sobre para quais órgãos estas deveriam ser encaminhadas. Houve questionamentos ao sistema de progressão continuada do município, prática que muitos consideram prejudicial aos alunos da região porque estes são aprovados automaticamente, mesmo não sabendo ler.

Como resultado da atividade, foram apresentadas as seguintes propostas e recomendações:

- construção de cadastro de demanda por vagas na educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e modalidades: educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissionalizante e educação indígena) por comunidade. A construção do cadastro poderá se transformar em uma grande atividade de mobilização comunitária. O documento do cadastro deve ser encaminhado formalmente para o Ministério Público para que sejam tomadas medidas cabíveis;
- produção de dossiês com denúncias sobre a situação das escolas públicas e dos serviços de saúde por comunidades do Rio de Janeiro para serem encaminhados ao Ministério Público e aos governantes;
- estímulo à participação efetiva nas conferências locais de direitos humanos e apresentação de propostas voltadas aos interesses das comunidades;
- encaminhamento para que a organização Ação da Cidadania desenvolva um projeto de formação para que pessoas das comunidades se transformem em “promotores legais populares”(PLPs). Há várias experiências de PLPs no país que podem subsidiar a construção desse programa;
- foi destacada a importância de se acompanhar a programação do Grito dos Analfabetos, manifestação que integrou a mobilização nacional de movimentos sociais Grito dos Excluídos e das Excluídas, ocorrida em sete de setembro de 2008.

Retorno às escolas

No dia 29 de setembro retornamos ao Rio de Janeiro para a devolutiva à comunidade e às escolas do Complexo do Alemão. De maneira geral, a impressão das direções das escolas e dos integrantes da comunidade, é que os confrontos entre policiais e narcotraficantes diminuíram na região. Alguns acreditam que isso decorre das obras do PAC, outros que é resultado de algum “pacto” em época eleitoral, outros acham que tudo pode recomeçar a qualquer momento.

Nas escolas da rede municipal Leonor Coelho e Monsenhor da Rocha⁴, localizadas na Vila Cruzeiro, o clima é de temor e expectativa. Desde que uma ocupação policial teve início na segunda semana de agosto de 2008 com 300 policiais, motivada – segundo as autoridades - pelo caso do seqüestro de um grupo de chineses e das denúncias de impedimento da presença de políticos e jornalistas na área, grande parte das crianças e adolescentes deixou de ir à escola.

A escola Monsenhor da Rocha informou que na segunda quinzena de agosto quase 40% faltaram às aulas. Na escola Leonor, na primeira semana, a ausência chegou aos 90% e ficou em mais de 50% a partir da segunda semana. “Aqui a gente vive sempre um sobe e desce. As famílias estão segurando as crianças em casa com medo do que virá”, afirma a diretora Vera Caldas.

No CIEP Theóphilo de Souza Pinto, localizado na Vila Brasília, o vice-diretor Kleber Coelho observa que muito pouco mudou do ano passado para cá. “Continuamos com a falta de professores, principalmente de química, física e matemática. Temos capacidade para atender 4 mil estudantes e estamos com pouco mais de mil”. Como retrocesso, destaca que não mais consegue fornecer o café da manhã para as crianças do período integral. “O dinheiro não dá, fizemos de tudo. E sabemos que essa alimentação é fundamental para a maioria”. Mais uma vez, a direção pede o apoio da Relatoria para que o consultório odontológico da escola – devidamente equipado – volte a funcionar. “Já não sabemos mais para quem pedir. São tantas as promessas de políticos e tanta a demanda por atendimento. É um absurdo”.

⁴ A equipe da Relatoria conversou com a diretora da Escola Municipal Monsenhor da Rocha, Glória Aradas Blanco Almeida, e com a diretora da Escola Municipal Leonor Coelho, Vera Lúcia de Souza Caldas.

Evento na comunidade

No Complexo do Alemão, o relatório foi lançado no 5º Circulando, evento organizado pelo Grupo Sócio Cultural Raízes em Movimento e pelo Observatório de Favelas no dia 30 de setembro, que contou com o apoio da Unicef. Na roda de conversa Educação no Complexo do Alemão, participaram principalmente crianças (a maioria negra), que informaram que muitas escolas não têm água, que o banheiro é sujo e que faltam professores/as. Disseram também que gostariam de um aprendizado melhor, que as quadras de esportes pudessem ter mais estrutura e que muitas escolas precisam de reformas.

Professoras que participaram da atividade referendaram as manifestações das crianças, ressaltando que também são contra a aprovação automática e que desejam uma escola que desenvolva a capacidade de leitura e escrita dos alunos e alunas. Foi enfatizada a necessidade de participação da comunidade nas discussões sobre as políticas públicas que estão sendo desenvolvidas na localidade.

Também no evento foi feita denúncia sobre a contaminação ambiental que é provocada pela ação de uma mineradora francesa na Serra da Misericórdia. A atividade provoca silicose, doença conhecida como “pulmão de pedra”, que provoca alta contaminação, e faz com que o ar da localidade seja considerado o pior do Rio de Janeiro.

Conversas e reuniões com lideranças da comunidade

A percepção das organizações da sociedade civil sobre o momento vivenciado no Rio de Janeiro, principalmente em razão das obras do PAC nas favelas, é que ele traz novas oportunidades e possibilidades de mudanças, mas não há qualquer garantia de que elas acontecerão em favor da sociedade. Corre-se o risco da permanência das mesmas práticas políticas.

O PAC deveria ser o lócus de discussão de todos os atores envolvidos na questão, um espaço público de discussões, uma arena de debates de toda a sociedade, que

estabelecesse também formas de controle social e prestação de contas. Mas corre o risco de ser dominado pelas velhas disputas e práticas políticas que buscam privatizar a ação pública.

Nesse sentido, as organizações do Rio de Janeiro defendem que seja composto um “conselho da cidade” para monitorar e influenciar o PAC, este que é um dos principais projetos de intervenção pública em comunidades populares do país. Sem instâncias de controle social e participação, devidamente institucionalizadas e com poder efetivo, será difícil alterar a relação historicamente viciada e clientelista que marca a relação do Estado com comunidades populares.

Comunidades que, apesar dos grandes desafios, possuem uma organização, um dinamismo, uma criatividade imensa na forma como organizam suas manifestações culturais, suas redes de solidariedade e suas ações políticas.